



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

055. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR PEB II – AEE

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 08:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

03. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.
- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
 - (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
 - (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
 - (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
 - (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.
04. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de
- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
 - (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
 - (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
 - (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
 - (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.
05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.
- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
 - (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
 - (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
 - (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
 - (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.
06. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:
- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
 - (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
 - (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
 - (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
 - (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...
07. Observe o emprego das aspas nas passagens:
- ... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)
- ... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)
- É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de
- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
 - (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
 - (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
 - (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
 - (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.
08. Considere as seguintes passagens:
- ... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)
- ... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)
- ... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)
- Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.
- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
 - (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
 - (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
 - (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
 - (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

11. Alcântara (2022) entende que o período da pandemia foi também ocasião de reflexão sobre a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas escolas.

A autora afirma que, assim como historicamente já ocorreu com a lousa, os livros didáticos e materiais individuais de escrita, a introdução desses novos materiais e instrumentos tecnológicos na rotina escolar

- (A) tem o potencial de alterar a própria concepção de escola, assim como suas formas de organização e funcionamento.
- (B) representa barreira determinante à qualificação da educação pública, cada vez mais massificada e menos individual.
- (C) apenas acrescenta um recurso didático à prática pedagógica, sendo o material incapaz de provocar mudanças culturais na escola.
- (D) comprova haver nas escolas uma marcada oposição entre os proponentes de práticas inovadoras e os docentes, que se agarram a práticas tradicionais.
- (E) pode erradicar por completo a produção de desigualdades no interior da sala de aula, o que atesta para seu caráter revolucionário.

12. Tendo por referência a definição classificatória de Bonamino e Sousa (2012) para as avaliações da educação em larga escala, as avaliações de terceira geração são aquelas que

- (A) evitam tanto quanto possível provocar consequências diretas sobre escolas e currículos.
- (B) concentram seus instrumentos em questões discursivas, substituindo os itens objetivos das gerações anteriores.
- (C) utilizam critérios ligados ao ensino, e não à aprendizagem, para analisar a qualidade da escola.
- (D) são aplicadas exclusivamente em meio digital, agilizando o processo de coleta e análise.
- (E) integram políticas de responsabilização forte, com mecanismos de sanções ou recompensas em função dos resultados.

13. De acordo com Hernández e Ventura (2017), a definição do tema é o ponto de partida na organização do projeto de trabalho.

Assinale a alternativa que expressa corretamente a perspectiva dos autores acerca dessa etapa do projeto.

- (A) Recomenda-se defini-lo em relação às demandas que os alunos propõem, levando em conta uma organização curricular baseada nos interesses dos estudantes.
- (B) É prerrogativa da supervisão escolar, cuja perspectiva ampliada permite a identificação e a proposição de temas adequados a cada faixa etária e ciclo de escolarização.
- (C) Deve-se evitar a conexão entre os projetos novos e os anteriores, de modo a preservar o caráter de surpresa e novidade para os estudantes.
- (D) Os temas dos projetos devem opor-se ao currículo oficial, pois, caso fossem vinculados a ele, seriam incapazes de engajar os estudantes.
- (E) O professor deve escolher temas sobre assuntos que as crianças não conhecem, mas apresentá-lo de tal modo que elas sintam ter participado da decisão.

14. Mendes, Almeida e Toyoda (2011) descrevem um processo conjunto desenvolvido entre uma rede municipal de ensino e uma universidade federal. Nele, a comunidade acadêmica oferecia ajuda aos professores da rede, que voluntariamente compartilhavam problemas relacionados à inclusão escolar que poderiam ser trabalhados coletivamente. As autoras descrevem esse processo como um intercâmbio entre quem ajuda e quem é ajudado, de modo que o professor está a todo momento livre para aceitar ou rejeitar as soluções recomendadas durante a atividade.

Esse relato apresenta um exemplo do que as autoras denominam

- (A) supervisão escolar.
- (B) ensino mútuo.
- (C) consultoria colaborativa.
- (D) observação não participante.
- (E) pesquisa amostral.

15. Paulilo (2017), ao debater o fracasso escolar, mobiliza a perspectiva do importante educador e político brasileiro Anísio Teixeira.

Segundo o autor, Teixeira defende que a reprovação é um indicador de

- (A) qualidade do ensino, já que a escola tem o dever de selecionar os estudantes mais capazes, com base em parâmetros de alto desempenho.
- (B) falha da instituição e do sistema escolar, já que a escola tem o dever de ensinar a todos e assegurar o preparo para a vida comum dos cidadãos.
- (C) desestruturação familiar, já que o aluno oriundo de contextos disfuncionais apresenta déficits em sua performance acadêmica.
- (D) fatores individuais, já que a escola oferece as mesmas oportunidades a todos e deve evidenciar as limitações próprias de cada aluno.
- (E) justiça meritocrática, já que a escola deve efetivamente pautar a progressão escolar no esforço e nos resultados objetivos apresentados.

16. Entre as características dos multiletramentos que Rojo (2012) apresenta como unânimes para os estudos do campo, está o fato de os multiletramentos

- (A) seguirem a lógica de propriedade e o respeito à autoria, em conformidade com as relações de poder estabelecidas.
- (B) apresentarem-se como estáticos e unilaterais, devido ao afastamento gerado pelas tecnologias de comunicação contemporâneas.
- (C) favorecerem uma interação crescentemente competitiva perante o individualismo das sociedades capitalistas.
- (D) dependerem da distribuição controlada da informação, no que as mídias tradicionais, como o jornal e a televisão, são protagonistas.
- (E) serem híbridos, fronteiros e mestiços no que diz respeito às linguagens, aos modos, às mídias e às culturas.

17. Hoffmann (2011) afirma a existência de uma “dicotomia educação e avaliação”. Na perspectiva da autora, essa dicotomia é

- (A) uma conquista dos movimentos educacionais progressistas, pautados em evidências científicas.
- (B) uma consequência da crescente influência do construtivismo sobre as práticas escolares.
- (C) um avanço da cultura escolar, enquanto consciência da necessidade de objetividade nos processos avaliativos.
- (D) uma falácia, pois toda ação educativa deve ser constantemente avaliada pelo professor.
- (E) um erro analítico, ao tratar esses dois termos equivalentes como fenômenos distintos.

18. Diante da multiplicidade de interpretações sobre o conceito de currículo, Silva (2016) resgata as contribuições de Sacristán para delimitá-lo como a expressão da função socializadora e cultural da escola.

Para Sacristán, segundo o autor, o desenvolvimento de currículos escolares é

- (A) uma prerrogativa exclusiva da escola e de seus agentes.
- (B) uma produção que ocorre no âmbito político.
- (C) um produto técnico que, como tal, deve ser ideologicamente isento.
- (D) uma tradução das necessidades individuais de cada aluno.
- (E) um processo normativo centralizado nas instâncias reguladoras.

19. A partir de sua compreensão sobre os saberes docentes e a formação profissional de professores, Tardif (2012) defende o que denomina “epistemologia da prática profissional”.

Trata-se de uma perspectiva a respeito da docência que implica o estudo do conjunto

- (A) dos saberes realmente utilizados pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas.
- (B) dos conceitos e das teorias científicas, que determinam a atuação dos professores, tornando-a abstrata e artificial.
- (C) dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, ou seja, professores e estudantes.
- (D) das regras de atuação externamente impostas ao professor, seja pela unidade escolar em que trabalha, seja pelo Estado.
- (E) dos movimentos pedagógicos historicamente predominantes, desde o ensino tradicional até o construtivismo e a neurociência.

20. Veiga (2009) afirma que o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico (PPP)

- (A) acaba sendo extinto quando se adota uma perspectiva efetivamente democrática.
- (B) é uma atribuição específica dos supervisores de ensino e das secretarias de educação.
- (C) deve ser preferencialmente exercido por agentes externos ao corpo gestor da escola.
- (D) cabe aos responsáveis pela coordenação pedagógica e pela orientação educacional.
- (E) tende a ter maior qualidade técnico-política quando exercido por consultores especializados.

21. Entre as diretrizes relacionadas a sequências de ensino-aprendizagem dentro do paradigma das competências, Zabala e Arnau (2020) defendem que as atividades partam de situações significativas e funcionais.

Para os autores, isso se deve ao caráter

- (A) episódico do ensino de competências, possibilitando que ele integre a metodologia pedagógica especificamente quando for desejável maior motivação estudantil.
- (B) disciplinar do ensino de competências, possibilitando que estas emergam preferencialmente do domínio factual dos saberes de cada campo de conhecimento.
- (C) procedimental do ensino de competências, possibilitando que um procedimento possa ser aprendido junto à capacidade de usá-lo quando necessário.
- (D) abstrato do ensino de competências, possibilitando que o trabalho a ser realizado seja flexível e evitando a delimitação objetiva do objeto de estudo.
- (E) simplificado do ensino de competências, possibilitando que todos os estudantes alcancem os resultados previstos a partir das soluções transmitidas pelo professor.

22. O conceito piagetiano de “pensamento egocêntrico”, conforme exposto por La Taille (in La Taille; Oliveira; Dantas, 1992), define-se

- (A) pela capacidade da criança de manter, ao longo de uma conversa, a coerência de suas definições e afirmações.
- (B) pela tendência de crianças pequenas de elegerem o ponto de vista próprio como absoluto.
- (C) por uma hipertrofia do “eu” e, portanto, por um comportamento autonomamente regulado.
- (D) por um traço patológico de personalidade, sendo verificável em indivíduos incapazes de sentir empatia.
- (E) pela capacidade da criança de aplicar a si própria as regras que regulam o comportamento do outro.

23. Em relação às políticas avaliativas, o Decreto nº 12.686/2025, em seu art. 4º, assume como um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva assegurar

- (A) a isonomia nas avaliações, por meio de instrumentos padronizados para todos os estudantes.
- (B) a dispensa das avaliações a estudantes acolhidos pelo Atendimento Educacional Especializado, exceto quando optarem pelo contrário.
- (C) a garantia de adaptações razoáveis, nos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.
- (D) a priorização de testes objetivos como instrumento de avaliação do público-alvo da Educação Especial.
- (E) a concessão obrigatória de pontuação extra aos alunos com deficiência, proporcionalmente às barreiras impostas por cada caso.

24. Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 01/2012), é correto afirmar que a Educação em Direitos Humanos articula-se a diferentes dimensões, entre as quais está o fortalecimento de práticas que envolvem

- (A) o reconhecimento das desigualdades como fator inevitável na globalização.
- (B) a predileção pelo conceito de igualdade em lugar do de equidade social.
- (C) a redução da diversidade, por ser produto de discriminações sociais.
- (D) a reparação das diferentes formas de violação de direitos.
- (E) o florescimento de uma civilização mais homogênea e, portanto, tolerante.

25. A indisciplina de crianças e adolescentes pode ser um desafio tanto dentro quanto fora da escola.

Em suas ações diante desse contexto, educadores devem respeitar as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que, em seu art. 17, estabelece

- (A) a prerrogativa exclusiva dos pais no uso do constrangimento como sanção perante ao comportamento inadequado.
- (B) o dever de observância da proporcionalidade no uso da violência como forma de correção da indisciplina.
- (C) o controle adulto sobre imagem, identidade, espaços e objetos pessoais das crianças, devido à carência de autonomia na infância.
- (D) a proibição de repreensão da criança e do adolescente por parte de adultos, por quaisquer que sejam os meios.
- (E) o direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

26. Uma escola pública do Ensino Fundamental recebe, no início do ano letivo, um estudante com diagnóstico de deficiência intelectual, matriculado em classe comum. A gestão escolar, ao organizar o atendimento, questiona qual é o papel e a forma de atuação da Educação Especial nesse contexto.

Considerando os princípios, as legislações e os conceitos do campo da Educação Especial apresentados por Martins (2023), é correto afirmar que a Educação Especial, nessa situação, deve:

- (A) organizar um currículo individualizado voltado à escolarização do estudante com deficiência intelectual, com conteúdos específicos e diferenciados dos da sala comum, visto que a Educação Especial é responsável por garantir aprendizagens adaptadas às limitações do estudante.
- (B) atuar como modalidade transversal de ensino, identificando, elaborando e organizando recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação do estudante, articulando-se com a proposta pedagógica do ensino comum ao longo de todo o processo de escolarização.
- (C) aguardar a apresentação de laudo médico atualizado para iniciar a atuação do educador especial, uma vez que a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 exige documentação clínica como condição para que o estudante seja reconhecido como público-alvo da Educação Especial e receba atendimento especializado.
- (D) oferecer ao estudante com deficiência intelectual um nível de ensino específico, com progressão separada dos demais anos do Ensino Fundamental, respeitando o tempo próprio de aprendizagem do estudante e as metas estabelecidas para o ensino especial como etapa da educação básica.
- (E) articular a permanência do estudante na sala de aula comum ao desempenho satisfatório no Atendimento Educacional Especializado, de modo a garantir que o estudante apresente as habilidades básicas necessárias para acompanhar as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo professor regente.

27. Ao analisar a trajetória da Educação Especial no Brasil, Mazzotta (1996) identifica dois grandes períodos históricos: o primeiro, caracterizado por iniciativas oficiais e particulares isoladas; e o segundo, marcado pelo surgimento de iniciativas oficiais de âmbito nacional. Essa periodização revela distintas formas de organização do Estado e da sociedade civil em relação ao atendimento educacional dos “portadores de deficiência”.

Considerando o primeiro período identificado por Mazzotta (1996), é correto afirmar que

- (A) inaugurou a política nacional de educação especial com a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, primeiro órgão federal responsável por planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial em nível nacional, integrando as ações do Estado nessa área.
- (B) teve como principal marco legal a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que reconheceu o direito dos excepcionais à educação e indicou sua integração ao sistema geral de ensino, dando início à regulamentação federal específica da educação especial no Brasil.
- (C) foi marcado pela criação das primeiras campanhas nacionais de atendimento aos portadores de deficiência, como a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, ambas coordenadas pelo Ministério da Educação.
- (D) caracterizou-se por iniciativas oficiais e particulares isoladas, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, e da sociedade civil, como o Instituto Pestalozzi e a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, sem a existência de uma política nacional de educação especial.
- (E) consolidou o princípio da integração escolar como orientação oficial do governo federal, propondo que os portadores de deficiência fossem atendidos prioritariamente nos mesmos espaços educacionais dos demais estudantes, com suporte especializado provido pelos sistemas estaduais e municipais de ensino.

28. Mazzotta (1996) afirma que “ficou amplamente demonstrada [...] a incoerência entre os princípios definidos nos textos legais e as propostas consubstanciadas nos planos oficiais” da Educação Especial brasileira.

Essa incoerência consistiu:

- (A) na ênfase ao atendimento segregado em instituições especializadas particulares, em detrimento do atendimento educacional integrado nas escolas públicas.
- (B) na incorporação progressiva das instituições especializadas às redes públicas de ensino, superando gradualmente o modelo segregado de atendimento.
- (C) na articulação entre as propostas oficiais de integração e as iniciativas da sociedade civil, resultando em políticas educacionais coerentes e complementares.
- (D) na redução do atendimento segregado em instituições especializadas à medida que avançavam as políticas públicas de integração escolar.
- (E) na centralização progressiva do atendimento educacional especializado nas redes públicas, reduzindo o papel das instituições privadas.

29. Com base nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, é correto afirmar que o modelo de Atendimento Educacional Especializado (AEE) adotado pelo Brasil

- (A) pode substituir a matrícula na classe comum nos casos em que a escola regular não dispuser de condições pedagógicas adequadas ao atendimento do estudante com deficiência, desde que assegurada a continuidade da escolarização em instituição especializada conveniada com o poder público.
- (B) tem caráter suplementar para pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista, e de caráter complementar para pessoas com altas habilidades ou superdotação, garantindo em ambos os casos a articulação com a proposta pedagógica da escola comum.
- (C) condiciona o acesso ao AEE à apresentação de diagnóstico, laudo ou relatório emitido por profissional de saúde, de modo a assegurar que os recursos e serviços educacionais especializados sejam direcionados exclusivamente aos estudantes devidamente identificados pelo sistema de saúde.
- (D) determina que ele seja realizado em Centros de Atendimento Educacional Especializado, públicos ou privados sem fins lucrativos, conveniados com as Secretarias de Educação, vedada sua oferta nos espaços das escolas comuns da rede regular de ensino.
- (E) tem caráter complementar à escolarização de pessoas com deficiência e com transtorno do espectro autista, e suplementar à escolarização de pessoas com altas habilidades ou superdotação, sendo vedada em qualquer hipótese a utilização da matrícula no AEE como substitutiva à matrícula e à frequência na classe comum.

30. Durante a elaboração do projeto político-pedagógico de uma escola pública, a equipe pedagógica debate quais princípios devem orientar a construção de práticas educacionais inclusivas voltadas às pessoas com deficiência.

Considerando os princípios gerais estabelecidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, assinale a alternativa que corresponde a um dos princípios previstos no art. 3º do texto legal.

- (A) A valorização das potencialidades das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas orientadas à integração e inclusão educacional.
- (B) A promoção de práticas educacionais voltadas à integração social das pessoas com deficiência nos diferentes espaços institucionais.
- (C) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade.
- (D) A garantia de participação das pessoas com deficiência nas atividades sociais e educacionais conforme suas especificidades e necessidades.
- (E) A organização de práticas sociais e pedagógicas voltadas ao atendimento das necessidades específicas das pessoas com deficiência.

31. Mazzotta (1996), em suas análises sobre as políticas de Educação Especial, afirma que não foram formuladas respostas às questões: “O que é educação especial?” e “A quem ela se destina?”.

Essa questão em aberto diz respeito, segundo o autor:

- (A) à compreensão dos legisladores de que existiria uma relação direta e necessária entre deficiência e educação especial.
- (B) à definição, pelos legisladores, de critérios consensuais sobre os objetivos e os sujeitos da educação especial no contexto educacional brasileiro.
- (C) à consolidação de políticas educacionais voltadas à delimitação precisa das funções da educação especial e de seu público específico.
- (D) à organização das políticas públicas de educação especial fundamentadas na caracterização objetiva dos estudantes atendidos por essa modalidade.
- (E) à formulação de políticas educacionais baseadas na compreensão consensual acerca das finalidades e dos destinatários da educação especial.

32. Nunes (2013) apresenta uma reflexão de Glat e Blanco (2007) a partir do questionamento: “Deficiência e necessidade educacional especial não seriam a mesma coisa?”.

Considerando a posição defendida pelas autoras, assinale a alternativa correta.

- (A) As necessidades educacionais especiais manifestam-se no contexto escolar e relacionam-se às limitações associadas às condições biológicas apresentadas pelos estudantes.
- (B) As necessidades educacionais especiais são socialmente construídas no ambiente de aprendizagem, não sendo consequências inevitáveis da deficiência ou do quadro orgânico apresentado pelo indivíduo.
- (C) As necessidades educacionais especiais desenvolvem-se nas interações escolares e correspondem às dificuldades decorrentes das condições apresentadas pelos estudantes com deficiência.
- (D) As necessidades educacionais especiais constituem respostas pedagógicas elaboradas a partir das características individuais e das limitações apresentadas pelos estudantes no contexto social.
- (E) As necessidades educacionais especiais expressam-se nas relações de aprendizagem e vinculam-se às condições biológicas apresentadas pelos estudantes no processo de escolarização.

33. Nunes (2013), ao discutir os paradigmas da integração e da inclusão, destaca diferenças na forma como a escolarização dos estudantes com deficiência é concebida em cada modelo.

Considerando a análise apresentada por Nunes (2013) acerca dos paradigmas da integração e da inclusão, assinale a alternativa que corresponde à organização escolar proposta no paradigma da inclusão, segundo a autora.

- (A) O atendimento educacional dos estudantes com deficiência estrutura-se mediante espaços e serviços específicos de escolarização.
- (B) A escolarização dos estudantes com deficiência ocorre conforme níveis diferenciados de integração definidos pelas condições de aprendizagem.
- (C) A escola regular organiza-se de modo a responder às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência.
- (D) A inserção dos estudantes com deficiência na escola comum depende de adequações às práticas pedagógicas instituídas pela escola.
- (E) A participação dos estudantes com deficiência na escola regular fundamenta-se na oferta de atendimentos organizados conforme suas potencialidades.

34. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015) estabelece definições relacionadas aos direitos e à participação social das pessoas com deficiência.

Considerando a definição, segundo a LBI (2015), sobre a pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta limitações de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que comprometam sua adaptação social e participação nas atividades da vida cotidiana, obstruindo sua participação plena e efetiva na sociedade.
- (B) Considera-se pessoa com deficiência aquela que possui impedimentos permanentes de natureza física, mental ou intelectual com obstrução à participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições, associados à necessidade de recursos e serviços especializados.
- (C) Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta alterações funcionais de longo prazo que dificultam o desenvolvimento pessoal e a inserção nos diferentes espaços sociais, obstruindo a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (E) Considera-se pessoa com deficiência aquela que, em interação com uma ou mais barreiras, necessita de recursos de acessibilidade e serviços especializados para garantir participação nos espaços educacionais e sociais em igualdade de condições com as demais pessoas.

35. No livro *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez* (Alvez et al., 2010), os autores apresentam que, conforme Damázio (2007), o AEE envolve três momentos didático-pedagógicos: AEE em Libras, AEE de Libras e AEE de Língua Portuguesa.

Assinale a alternativa que descreve corretamente, conforme o autor, a função do AEE em Libras.

- (A) Construir conhecimentos sobre a Libras por meio de recursos visuais e imagéticos, como maquetes, cartazes e modelos concretos.
- (B) Desenvolver nos alunos surdos habilidades de compreensão e produção textual escrita, ampliando seu repertório comunicativo.
- (C) Avaliar sistematicamente a aprendizagem dos alunos e o conhecimento dos sinais e suas configurações.
- (D) Ensinar a língua de sinais a partir dos diversos aspectos que a envolvem, como os referenciais visuais.
- (E) Fornecer a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula, contribuindo para que o aluno surdo participe das aulas.

36. A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para o desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas a essa população.

Considerando as diretrizes previstas no art. 2º da referida legislação, assinale a alternativa que corresponde a uma das diretrizes estabelecidas pela norma.

- (A) A responsabilidade do poder público quanto à formulação de políticas voltadas à institucionalização do atendimento especializado às pessoas com transtorno do espectro autista.
- (B) A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação.
- (C) A organização de serviços especializados destinados ao acompanhamento permanente das pessoas com transtorno do espectro autista em espaços específicos de atendimento.
- (D) A definição de critérios diferenciados para inserção da pessoa com transtorno do espectro autista nos sistemas educacionais e nos serviços públicos de saúde.
- (E) A implementação de políticas públicas voltadas à adaptação social da pessoa com transtorno do espectro autista conforme suas condições funcionais e necessidades específicas.

37. Belisário Filho e Cunha (2010) discutem sobre o ingresso da criança na escola, destacando a antecipação como estratégia importante no processo de familiarização da criança com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) ao ambiente escolar, especialmente diante das dificuldades relacionadas à previsibilidade das situações cotidianas.

Considerando a discussão apresentada no texto, sobre o conceito de antecipação, assinale a alternativa correta.

- (A) A antecipação consiste na organização de atividades escolares simplificadas destinadas à adaptação gradual da criança com TGD às exigências pedagógicas da escola.
- (B) A antecipação fundamenta-se na redução das interações sociais e das mudanças na rotina escolar, favorecendo maior controle do comportamento da criança.
- (C) A antecipação caracteriza-se pela substituição das situações reais de aprendizagem por atividades estruturadas voltadas à redução das manifestações comportamentais da criança.
- (D) A antecipação corresponde à definição de rotinas escolares restritas e permanentes destinadas à eliminação de comportamentos inadequados da criança com TGD.
- (E) A antecipação refere-se à necessidade de comunicar previamente à criança, de forma simples e objetiva, aquilo que ocorrerá no momento seguinte no contexto escolar.

38. No capítulo “Acessibilidade e Desenho Universal”, de Nunes e Sobrinho (2010), publicado em C. R. Baptista; K. R. M. Caiado; D. M. Jesus (org.), *Educação Especial: diálogo e pluralidade*, os autores apresentam o *Desenho Universal* como uma evolução do “desenho livre de barreiras”.

Com base no referido capítulo, essa evolução passou a:

- (A) destacar a diversidade humana, respeitando as diferenças entre as pessoas, independentemente de possuírem ou não uma deficiência, e garantindo a acessibilidade a todos os componentes do ambiente.
- (B) identificar previamente as barreiras físicas nos ambientes de uso coletivo, adequando espaços, mobiliários e equipamentos urbanos às especificidades funcionais das pessoas com deficiência.
- (C) ampliar o atendimento educacional especializado, organizando recursos e estratégias pedagógicas voltadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial em contextos de ensino regular.
- (D) adequar ambientes e espaços construídos às demandas de pessoas com mobilidade reduzida, removendo progressivamente as barreiras arquitetônicas nos sistemas de transporte e nas edificações públicas.
- (E) organizar normas e critérios de acessibilidade que orientem a construção e a adequação de edificações, mobiliários e equipamentos urbanos conforme as normas técnicas brasileiras vigentes.

39. Considerando as discussões apresentadas por Sebastián-Heredero (2020) acerca dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), assinale a alternativa que corresponde corretamente a um dos princípios do DUA.

- (A) Organizar estratégias pedagógicas específicas conforme os diferentes níveis de desempenho, apresentados pelos estudantes durante o processo avaliativo.
- (B) Proporcionar modos múltiplos de apresentação, considerando que os estudantes diferem na maneira como percebem e compreendem as informações apresentadas.
- (C) Estabelecer adaptações curriculares individualizadas a partir das barreiras identificadas no processo de aprendizagem dos estudantes.
- (D) Desenvolver práticas pedagógicas voltadas à organização de conteúdos segundo os critérios de aprendizagem definidos e esperados para cada etapa escolar.
- (E) Estruturar procedimentos didáticos destinados ao acompanhamento diferenciado dos estudantes que apresentam barreiras e dificuldades de aprendizagem.

40. No Capítulo 11 da obra organizada por Longarezi, Melo e Ximenes, Enicéia Gonçalves Mendes retoma Skrtic (2005) para analisar pressupostos que por décadas têm guiado as práticas das instituições educacionais em relação à Educação Especial.

Assinale a alternativa que corresponde, conforme o autor, ao pressuposto que tem guiado a prática institucional da Educação Especial

- (A) A prática institucional da Educação Especial tem sido um artefato funcionalista que distorce a anomalia do fracasso escolar por localizá-lo nas práticas pedagógicas inadequadas dos professores, o que elimina a oportunidade de que as famílias e a comunidade revejam seu papel no processo de escolarização.
- (B) A prática institucional da Educação Especial tem sido um artefato funcionalista que distorce a anomalia do fracasso escolar ao atribuí-lo às condições socioeconômicas do estudante, o que elimina a oportunidade de que os sistemas de ensino revejam suas políticas de financiamento e acesso.
- (C) A prática institucional da Educação Especial tem sido um artefato funcionalista que distorce a anomalia do fracasso escolar por objetivá-lo como deficiência/defeito do estudante, o que elimina a oportunidade de que os educadores e as escolas revejam suas práticas convencionais.
- (D) A prática institucional da Educação Especial tem sido um artefato funcionalista que distorce a anomalia do fracasso escolar ao responsabilizar as condições estruturais das escolas, o que elimina a oportunidade de que os gestores e as redes de ensino revejam suas políticas de organização curricular.
- (E) A prática institucional da Educação Especial tem sido um artefato funcionalista que distorce a anomalia do fracasso escolar por atribuí-lo à insuficiência dos serviços de apoio especializados, o que elimina a oportunidade de que os profissionais do AEE revejam suas práticas de atendimento.

41. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, em seu art. 9º, trata da elaboração do plano de AEE.

Considerando o disposto nesse documento, assinale a alternativa correta sobre a elaboração do plano de AEE.

- (A) Deve ser elaborado pelo professor da sala de recursos multifuncionais em articulação com os demais professores do ensino regular e com a participação das famílias, sendo a interface com a equipe gestora e a coordenação pedagógica da escola, prevista para a etapa de execução do plano.
- (B) Deve ser elaborado pelo professor da sala de recursos multifuncionais em articulação com a coordenação pedagógica e a equipe gestora, sendo a participação das famílias e dos serviços setoriais prevista para a etapa de execução do plano.
- (C) Deve ser elaborado em conjunto com a coordenação pedagógica e a equipe gestora da escola, garantindo que as metas do atendimento estejam alinhadas ao projeto político-pedagógico da instituição antes de sua execução.
- (D) Deve ser elaborado pelo professor da sala de recursos multifuncionais em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.
- (E) Deve ser elaborado com a participação das famílias e em interface com os serviços setoriais da saúde e da assistência social, sendo a articulação com os professores do ensino regular, estabelecida na etapa de execução do plano.

42. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 estabelece atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado no contexto da Educação Básica.

Considerando as atribuições previstas no art. 13 da referida resolução, assinale a alternativa que corresponde ao texto normativo.

- (A) Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- (B) Elaborar recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade destinados ao atendimento das necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial, considerando as atividades desenvolvidas nos diferentes espaços escolares.
- (C) Organizar estratégias pedagógicas e ações de acessibilidade relacionadas às necessidades educacionais apresentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial, promovendo condições de participação e aprendizagem no contexto escolar.
- (D) Estruturar formas de apoio pedagógico e estratégias de acessibilidade relacionadas às dificuldades apresentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial, favorecendo o acompanhamento do processo de escolarização.
- (E) Desenvolver recursos pedagógicos e formas de atendimento voltadas à promoção das condições de aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, articulando ações de apoio no contexto educacional.

43. A Declaração de Salamanca, na Seção B – Fatores Relativos à Escola, item 26, apresenta orientações sobre currículo e escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Considerando o princípio curricular expresso nesse documento, assinale a alternativa correta.

- (A) O currículo deve considerar as necessidades da criança, devendo a escola organizar propostas específicas de ensino para diferentes grupos de estudantes.
- (B) O currículo deve atender às necessidades especiais da criança, devendo a escola estruturar percursos curriculares diferenciados conforme as características dos alunos.
- (C) O currículo deve contemplar as especificidades biopsicossociais da criança, devendo a escola definir conteúdos funcionais adequados às necessidades individuais.
- (D) O currículo deve priorizar temas relacionados à autonomia e funcionalidade da criança, devendo a escola organizar estratégias pedagógicas específicas para cada estudante.
- (E) O currículo deve adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa, devendo a escola prover oportunidades curriculares apropriadas a crianças com diferentes habilidades e interesses.

44. Hoffmann (2019), ao discutir os processos de ensino e avaliação, problematiza práticas avaliativas baseadas na uniformização dos estudantes e na utilização de critérios rígidos de julgamento. Ao responder como é possível avaliar com base no pressuposto da diversidade, a autora afirma explicitamente que
- (A) os processos de avaliação devem valorizar as diferenças entre os estudantes por meio da definição de critérios específicos de desempenho para cada grupo de alunos, segundo suas especificidades.
 - (B) os processos de avaliação devem valorizar as diferenças individuais, devendo os estudantes ser analisados conforme expectativas pré-definidas para cada etapa de escolarização.
 - (C) os processos de avaliação devem valorizar as diferenças dos estudantes, devendo a escola organizar instrumentos que permitam comparar desempenhos e estabelecer parâmetros comuns de aprendizagem.
 - (D) os processos de avaliação devem valorizar as diferenças, não sendo possível formar os alunos a partir de critérios de avaliação predeterminados e rígidos como sinônimos de qualidade de ensino.
 - (E) os processos de avaliação devem valorizar as diferenças individuais, devendo os estudantes ser acompanhados conforme expectativas previamente estabelecidas segundo parâmetros de desenvolvimento.
45. Considerando o disposto no art. 30, inciso VI, da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, sobre avaliação em processos seletivos, é correto afirmar que é necessária a
- (A) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem os recursos de tecnologia assistiva utilizados pela pessoa com deficiência na realização das atividades acadêmicas e dos processos seletivos.
 - (B) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.
 - (C) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem as necessidades específicas da pessoa com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação encaminhadas à instituição de ensino.
 - (D) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem as condições de participação da pessoa com deficiência, assegurada a disponibilização de provas em formatos acessíveis conforme solicitação prévia.
 - (E) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a necessidade de tradução das instruções e enunciados em Libras para os candidatos com deficiência auditiva.
46. O Decreto nº 12.686/2025 estabelece atribuições do profissional de apoio escolar no contexto da educação inclusiva.
- Considerando o disposto no art. 14, assinale a alternativa correta.
- (A) Compete ao profissional de apoio escolar atuar na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas.
 - (B) Compete ao profissional de apoio escolar definir adaptações curriculares e estratégias pedagógicas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial em conjunto com os docentes.
 - (C) Compete ao profissional de apoio escolar elaborar o Plano Educacional Individualizado e acompanhar a execução das metas pedagógicas estabelecidas para os estudantes.
 - (D) Compete ao profissional de apoio escolar realizar avaliações periódicas do desenvolvimento acadêmico dos estudantes e registrar os resultados em relatórios pedagógicos.
 - (E) Compete ao profissional de apoio escolar desenvolver atividades de Atendimento Educacional Especializado destinadas à elaboração de recursos pedagógicos e de acessibilidade.
47. Sobre a oferta do profissional de apoio escolar, de acordo com o art. 14 do Decreto nº 12.686/2025, assinale a alternativa correta.
- (A) A oferta do profissional de apoio escolar independe de resultado de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde.
 - (B) A oferta do profissional de apoio escolar dependerá da apresentação de laudo médico atualizado que comprove a necessidade de acompanhamento nas atividades escolares.
 - (C) A oferta do profissional de apoio escolar dependerá de avaliação realizada por equipe multiprofissional da área da saúde e independe da apresentação de laudo.
 - (D) A oferta do profissional de apoio escolar será definida a partir do diagnóstico clínico e do relatório médico apresentados pela família à instituição de ensino.
 - (E) A oferta do profissional de apoio escolar dependerá da comprovação documental da deficiência e da indicação expressa de profissional da área médica.

48. Mendes e Vilaronga (2023), ao discutirem o modelo de coensino (ensino colaborativo), afirmam que essa proposta se fundamenta em uma abordagem social da deficiência e da inclusão escolar.

Considerando as discussões apresentadas pelas autoras sobre o modelo de coensino, assinale a alternativa correta.

- (A) O coensino pressupõe que a escola deve ampliar os serviços especializados externos à classe comum, de modo a favorecer o atendimento complementar dos estudantes com deficiência.
- (B) O coensino pressupõe que a qualificação do atendimento aos estudantes com deficiência depende da ampliação da carga horária do Atendimento Educacional Especializado em ambientes especializados.
- (C) O coensino pressupõe que a participação dos estudantes com deficiência depende da organização de recursos específicos destinados ao acompanhamento individualizado fora da sala de aula comum.
- (D) O coensino pressupõe que a escola deve ser modificada e que é preciso qualificar o ensino ministrado em classe comum, local onde o aluno passa a maior parte do tempo de sua jornada escolar.
- (E) O coensino pressupõe que a oferta de serviços especializados deve ocorrer de forma articulada ao currículo comum, mediante intervenções individualizadas realizadas em momentos distintos da aula.

49. Ao discutir a atuação do professor da Educação Especial na proposta de trabalho em coensino, Mendes e Vilaronga (2023) destacam que a colaboração entre os profissionais exige definição de papéis e responsabilidades compartilhadas no contexto escolar.

Considerando as discussões apresentadas pelas autoras sobre o papel do professor da Educação Especial no trabalho em coensino, assinale a alternativa correta.

- (A) O professor da Educação Especial deve assumir a responsabilidade pelas decisões relacionadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial, cabendo ao professor da sala comum implementar as orientações definidas.
- (B) O professor da Educação Especial deve coordenar o planejamento pedagógico da turma, definindo os objetivos curriculares, auxiliando nos momentos de avaliação e promovendo as adaptações necessárias para os estudantes da classe.
- (C) O professor da Educação Especial deve colaborar com o professor do ensino comum em sala de aula, compartilhando atividades, estratégias e responsabilidades, de modo que ambos atuem em direção a objetivos comuns de aprendizagem.
- (D) O professor da Educação Especial deve concentrar sua atuação na elaboração de adaptações curriculares individuais, permanecendo responsável pelo acompanhamento pedagógico dos estudantes público-alvo da Educação Especial.
- (E) O professor da Educação Especial deve orientar o trabalho desenvolvido pelo professor da sala comum, assumindo a função de especialista responsável pela definição das intervenções pedagógicas a serem implementadas.

50. Martins (2023), ao discutir a organização pedagógica do Ensino Fundamental e a política inclusiva da Educação Especial, fundamenta sua análise na relação entre igualdade, diferença e participação social, destacando o papel da Educação Especial no contexto da educação inclusiva.

Considerando essas discussões, assinale a alternativa que corresponde à caracterização da Educação Especial explicitada pela autora.

- (A) A Educação Especial é assumida como campo de ação que visa a promoção de recursos e apoios educacionais destinados à participação dos estudantes nos diferentes espaços escolares.
- (B) A Educação Especial é assumida como campo de ação que visa a elaboração de adequações curriculares compatíveis com as necessidades educacionais apresentadas pelos estudantes.
- (C) A Educação Especial é assumida como campo de ação que visa a manutenção das singularidades dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a produção de um sistema educativo com práticas equânimes para todos.
- (D) A Educação Especial é assumida como campo de ação que visa o desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas à ampliação das oportunidades de acesso ao currículo escolar.
- (E) A Educação Especial é assumida como campo de ação que visa a implementação de ações educativas relacionadas à acessibilidade e às condições de aprendizagem dos estudantes.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Mais de 30 anos após a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Brasil adapta a legislação a um novo contexto histórico: a vida digital. Com impactos diretos para escolas, famílias e o cotidiano de crianças e adolescentes, o ECA Digital inaugura um novo marco na regulação das plataformas e na proteção de direitos no ambiente online.

Essa atualização se tornou necessária porque o uso da internet por crianças e adolescentes cresceu muito. Segundo a edição de 2024 da pesquisa TIC Kids Online Brasil, 83% das crianças e adolescentes que usam a internet no país já têm contas em plataformas como WhatsApp, Instagram, TikTok e YouTube, mesmo quando esses serviços não são pensados especificamente para esse público.

(Ana Luísa D'Maschio. *O que é o ECA Digital e como ele impacta o cotidiano escolar*. Disponível em: <https://porvir.org>, 20.01.2026. Adaptado)

TEXTO 2



(Fred Santana. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br>, 17.03.2026. Adaptado)

TEXTO 3

A Lei nº 15.211, mais conhecida como ECA Digital, já está valendo. Entretanto, as *big techs* ainda corriam para adotar as medidas mais elementares previstas na legislação na véspera de sua vigência. Segundo a avaliação de especialistas, as iniciativas das empresas de tecnologia representavam apenas uma ínfima parte de tudo o que elas ainda precisavam fazer. Não será fácil: as mudanças impostas pelo ECA Digital enfrentam forte resistência das companhias estrangeiras, haja vista que impactam seu modelo de negócios. É evidente que as plataformas precisam estruturar ambientes mais seguros. Mas existe uma linha tênue entre o que cabe a elas e o que deve ser acompanhado pelos pais. Ferramentas de supervisão parental, como vincular a conta do filho a um responsável, já são realidade em alguns serviços, mas ainda inexistentes em outros.

O ponto é que, sem o acompanhamento ativo da família, qualquer sistema acaba falhando. A plataforma pode impedir anúncios direcionados ou bloquear certos conteúdos, mas dificilmente conseguirá substituir o papel de supervisão que cabe aos pais. O risco é que, ao transferirmos totalmente essa responsabilidade para empresas de tecnologia, acabemos criando uma sensação de falsa segurança.

(Estadão. *O ECA Digital começa mal*. Disponível em: www.estadao.com.br, 19.03.2026. Adaptado)

TEXTO 4

Especialistas já apontam fragilidades no novo ECA Digital. Há quem veja excesso de transferência de responsabilidade às famílias, como se pais e mães, sozinhos, pudessem enfrentar plataformas bilionárias movidas por um lucro inescrupuloso, alimentado justamente pela exposição precoce e pelo engajamento tóxico. Outros alertam para a timidez das sanções, a vagueza de conceitos e a ausência de mecanismos claros e eficientes de fiscalização. Protege-se a infância no discurso, mas preserva-se, na prática, a inércia estatal e o conforto econômico de quem lucra com o risco. Leis não fracassam sozinhas: fracassam quando o Estado não fiscaliza, não pune e não educa.

(Oscar Bessi. *ECA Digital: uma nova "Lei Maria da Penha", ótima sem mudar nada?* Disponível em: www.correiopovo.com.br, 11.02.2026. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS DESAFIOS DO ECA DIGITAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES NA INTERNET

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RASCUNHO

RASCUNHO

